



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/ES

Decisão nº 38860054/2024-CPL/SELOG/SR/PF/ES

Processo: 08285.005420/2024-21

**DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - AMBSERVICE SERVICOS AMBIENTAIS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.008/2024**

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas.

1. DOS FATOS

1.1. Trata-se da análise do Recursos Administrativo 38904980 interposto tempestivamente pela empresa AMBSERVICE SERVICOS AMBIENTAIS, CNPJ nº 19.069.562/0001-10, doravante **RECORRENTE**, em face do resultado do Pregão Eletrônico nº 90.008/2024.

1.2. A empresa AJP DESINSETIZADORA LTDA, CNPJ Nº 00.776.218/0001-32, doravante **RECORRIDA**, registrou a contrarrazão 38904985.

1.3. Após análise da proposta e documentos de habilitação, conforme exigências técnicas previstas no ato convocatório e seus anexos, foi realizada a aceitação da proposta e habilitação da empresa declarada vencedora e em seguida abriu-se o prazo para que qualquer licitante manifestasse a intenção de recorrer.

1.4. Impõe-se esclarecer que o recurso é peça de necessário controle administrativo em que a licitante que teve seu direito ou pretensão, em tese, prejudicado, tem a oportunidade de desafiar a decisão que lhe é desfavorável, com vistas à reconsideração do poder público.

1.5. Certo é que trata-se de instituto importante e deve ser bem recepcionado pela Administração, desde que não seja protelatório. Se utilizados com responsabilidade e, sobretudo, com lealdade e fundamentos adequados, torna-se o pilar da defesa do interesse público.

2. DAS RAZÕES DO RECURSO

2.1. A RECORRENTE, em síntese, alega que:

2.1.1. o valor de R\$ 90,00 orçado no item 2 para realizar o serviço não é suficiente para seu custeio;

2.1.2. há ausência da exequibilidade da proposta mediante os valores apresentados;

3. DAS CONTRARRAZÕES DO RECURSO

3.1. A RECORRIDA afirma, em suma, que:

3.1.1. a peça recursal impetrada pela RECORRENTE é protelatória;

3.1.2. sua documentação de proposta e habilitação atendem ao exigido no Edital;

4. ANÁLISE DO MÉRITO

4.1. Faz-se mister esclarecer que a atuação do Pregoeiro e da equipe técnica se deram em estrita observância às diretrizes da Lei e do Tribunal de Contas da União.

4.2. Ressalta-se que todas as decisões foram tomadas de forma imparcial e com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

4.3. A RECORRENTE afirma que o preço apresentado na proposta da RECORRENTE é inexequível e se baseia em uma série de afirmações, que serão analisadas a seguir:

4.3.1. Apresenta pesquisa de preços de produtos (sentricon e cupinout) que a licitante vencedora não poderá utilizar uma vez que não constam no rol de produtos apresentados na lista constante em sua proposta.

4.3.2. Além disso, a pesquisa de preços destes produtos foi realizada em sítios eletrônicos diversos e não se pode afirmar que estes valores são balizadores do mercado como um todo, pois a Recorrente resume a amplitude deste mercado de comercialização de tais produtos sob a ótica de sua análise. Deve-se salientar, ainda, que cada empresa tem independência de relação negocial com seus fornecedores, por intermédio da qual observam-se descontos decorrentes de economia de escala, por exemplo. Não cabe a Administração analisar a proposta durante o pregão eletrônico sob este ponto de vista, sendo apenas necessário observar discrepâncias visíveis e acentuadas. Não parece ser o caso.

4.3.3. A recorrente interfere no âmbito de atuação técnica da empresa vencedora ao afirmar que esta utilizará as técnicas mencionadas de insuflação de pó químico e instalação de iscas, porém o termo de referência utiliza estas técnicas apenas de modo exemplificativo já que informa em seu item 5.1.20 que a empresa poderá utilizar outras técnicas não mencionadas.

4.3.4. Em relação ao custo da mão de obra a Recorrente se utiliza de planilha de custos e formação de preços que não é objeto de análise no presente certame licitatório e, se fosse o caso, apresenta diversas rubricas com erro crasso e/ou com dimensionamento aleatório, uma vez que os custos envolvidos variam de empresa para empresa. Exemplificamos:

4.3.4.1. Não foram previstas as porcentagens de SESC/SESI, SENAI/SENAC, SEBRAE, INCRA e FGTS.

4.3.4.2. As porcentagens de RAT e FAP são variáveis conforme a atividade de cada empresa.

4.3.4.3. Os valores dos benefícios mensais e diários variam de acordo com a Convenção de Coletiva de Trabalho (CCT) da empresa;

4.3.4.4. O custo de reposição do profissional ausente também varia de acordo com o histórico de cada empresa, não sendo um custo fixo;

4.3.4.5. Os valores dos insumos, como uniformes, EPI's e outros variam de acordo com o custo de aquisição de cada compra realizada pela empresa e, por óbvio, não é custo fixo.

4.3.4.6. Por último, a arbitragem dos percentuais de lucro e custo indireto é descabida uma vez que são valores aleatórios gerados pela Recorrente sem qualquer base para sua mensuração.

4.4. Diante de todo o exposto não assiste razão à Recorrente.

5. DECISÃO

5.1. É louvável que cada interessado(a) questione e faça valer seu direito de ser ouvido(a).

5.2. Os princípios da Administração Pública, expressos e implícitos, devem nortear toda e qualquer decisão do Agente Público.

5.3. O que acontece no certame licitatório não é diferente. É coisa pública e, como tal, deve ter tais princípios como fundação e pilares.

5.4. Toda a avaliação e decisão de recurso administrativo visa devolver à RECORRIDA a resposta para concretizar o seu direito, que é de impetrar recurso.

5.5. Assim, vistas as razões, e considerando não existirem motivos ou circunstâncias aptas a alterarem a decisão tomada pela CPL/SELOG/SR/PF/ES, o recurso é conhecido posto que tempestivo, para, no mérito, decidir:

a) julgar **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela RECORRENTE;

b) manter íntegra a decisão que aceitou a proposta da RECORRIDA no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90.008/2024.

c) atribuir eficácia hierárquica ao presente recurso, submetendo-o à apreciação da Autoridade Superior, para ratificação ou reforma.

Vila Velha, na data da assinatura eletrônica

HUGO PICOLE BORGES
Pregoeiro
CPL/SELOG/SR/PF/ES - em missão



Documento assinado eletronicamente por **HUGO PICOLE BORGES, Pregoeiro(a)**, em 18/12/2024, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38860054&crc=1DCBA160.
Código verificador: **38860054** e Código CRC: **1DCBA160**.